

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – PARANÁ.

Ref.: Pregão Eletrônico: Nº 044/2020

Processo Licitatório: Nº044/2020 – Protocolo Nº105/2020

VMI TECNOLOGIAS LTDA, ora Recorrente, sociedade comercial inscrita no CNPJ sob o nº 08.469.783/0001-69, situada ao Distrito Industrial Genesco Aparecido de Oliveira, nº 80, Gleba 1, Lagoa Santa – Minas Gerais, CEP: 33.400-000, considerando sua participação no certame em epígrafe vem, respeitosamente à presença de V.Sa., com fulcro no art. 4º, XVII da Lei 10.520/02, bem como pela Lei 8.666/93 art. 109, inciso I, apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, face da decisão que declarou KONICA MINOLTA HEALTHCARE, ora Recorrida, vencedora do item, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

A Lei nº 10.520/02, que regulamenta o presente certame, dispõe em seu art. 4º, inciso XVIII que qualquer licitante poderá apresentar suas razões de recurso no prazo de 03 (três) dias na seguinte forma:

Art. 4º (...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Neste esteio, tem-se que as presentes razões, serem recebidas, conhecidas e ao final, a elas dado provimento.

II - DAS RAZÕES DE RECURSO:

II.1 – DO EQUIPAMENTO ELETROMÉDICO – DO ATENDIMENTO INTEGRAL:

Nobre Pregoeiro, inicialmente cumpre esclarecer que o equipamento licitado no item 01 do edital é um equipamento eletromédico, Aparelho de Radiodiagnóstico Fixo.

O ato convocatório tem como instrumento de orientação a descrição do equipamento para que a aquisição não seja temerária e/ou gere danos a contratação da administração.

Portanto, tendo como base a solicitação clara imposta pelo edital, segue a descrição apresentada pela administração no item 01, conforme texto abaixo, retirada do edital.

APARELHO RAIOS X

Características mínimas: fixo até 800mA) possui mesa com tampo flutuante, painel de comando, estativa porta tubo, bucky mural e colimador, corrente do comando gerador 500mA a 600mA.

COMANDO E GERADOR –

Gerador de Raios – X de alta frequência (multipulso) micro processado; Potência de saída do gerador mínima de 54 kW; Alimentação trifásica: 220/380V – 60 Hz; Mesa de comando com painel de teclas de simples toque: Ajustes integrados de kV para variações de no mínimo: 40 a 150 kV com sensibilidade de 1 kV; Programa de técnica para órgãos, pré-programáveis; Indicações de falhas via software em display de cristal líquido; Unidade selada com faixa de corrente de 50-800mA com comutação automática foco (fino e grosso); Seleção para faixa de mAs mínima: de 1 a 500 mAs. Variação dos tempos de exposição com faixa mínima de 0,002 a 5 segundos; Indicação digital de kV, ma e mAs; Estabilização automática de tensão de rede; Proteção térmica de tubo de Raios - X interligada ao sistema de disparo. Mostrador digital.

ESTATIVA PORTA-TUBO DE RAIOS - X:

Tipo chão teto ou chão deslocamento horizontal; Braço porta-tubo de raios – x modelo telescópico com movimento vertical; Deslocamento telescópico do braço porta-tubo de 20 cm no mínimo e giro de 180 graus; Rotação da coluna de 180 graus com travamento por pedal; Freios eletromagnéticos para os movimentos na horizontal, vertical, transversal e de angulação, com acionamento frontal por botoeira.

MESA BUCKY TAMPO FLUTUANTE: Mesa tampo flutuante com no mínimo

200x75cm com deslocamento do tampo na transversal e longitudinal; Fixação do movimento transversal e longitudinal do tampo, através de freios eletromagnéticos controlados por pedal; Distancia focal de 100 cm, deslocamento longitudinal mínimo de 60 cm e freios eletromagnéticos que suporte pelo menos 160kg a 200kg. Sistema de auto centralização de chassi para filmes desde 13x18 a 35x43 cm em ambas as direções.

UNIDADE SELADA: Tubos de raios –x de anodo giratório de tungstênio para 150Kv, 9.000 RP, com dois focos máximos de 0.6 e 1.2mm. Capacidade térmica mínima do anodo 300 KHU.

PAR DE CABOS DE ALTA

TENSÃO: Para isolamento até 150 Kv.

COLIMADOR LUMINOSO:

Luminoso manual de lamina planas para corte em profundidade, com circuito temporizador para lâmpada.

MURAL BUCKY; Deslocamento vertical mínimo de 105 cm, com freios eletromagnéticos; Sistema de auto centralização de chassi para filmes desde 13x18 a 35x43 cm, em ambas as direções. Que possua angulação bucky. (Com registro na ANVISA).

TOTAL 130.000,00

Assim, a empresa Recorrida apresentou em sua proposta o equipamento modelo ALTUS, com registro perante a ANVISA sob o nº 80101380007, porém, o mesmo não atende de maneira integral a todas as exigências editalícias, não merecendo prosperar entendimento diverso deste.

Deste modo passa-se analisar pontualmente o equipamento ofertado:

A) DA FAIXA DE MA

Prezada Comissão, existe o descumprimento da faixa de operação na seleção do parâmetro de seleção de corrente em mA. Tal faixa solicitada em edital tem ponto final de 800mA conforme descrição do item 01.

Porém, depreende-se do manual do equipamento da Recorrida, que não há atendimento desta faixa conforme imagem abaixo retirado da página 17 do manual:

Faixa de mA – 80, 100, 125, 160, 200, 250, 320, 400, 500, 630 (opcional a partir de 50 mA)

Ainda, encontra-se na proposta da mesma o seguinte dado:

Gerador ST 543 HF

- Faixa de kV: 40 a 150 kV com intervalo de 1 em 1 kV
- Tensões de alimentação: trifásico – 380 Volts
- Potência máxima: 54 kW
- Faixa de mAs: 0,32 a 500 mAs em 33 passos
- Faixa de mA: 80 a 630 mA
- Tempo de exposição: 0,004 até 6,25s

Ofertado com no máximo o valor de 800 mA. O não atendimento do limite superior solicitado, qual seja, 800mA limita uma série de combinações radiográficas e reduz a capacidade em realizar exames, além da redução da robustez do equipamento.

B) DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO

Outro ponto de não atendimento da Recorrida é o tempo de exposição. O tempo ao qual o paciente se submete a exposição de raios-x é determinante para a execução de uma boa imagem.

Quanto menor o tempo de exposição ofertado por uma máquina, menores as chances de haver raios-x refletidos e refratados. Estes raios-x que geram dose excessiva ao paciente, atrapalham na geração da imagem e podem gerar falsos diagnósticos.

Quanto menor o tempo de exposição melhor o resultado da imagem gerada, e menor a dose aplicada ao paciente. De tal forma que quanto menor o tempo de exposição do limite inferior, melhor a performance do equipamento.

O tempo solicitado em sua descrição editalícia, é de 0,002 a 5 segundos e a Recorrida não atinge os parâmetros solicitados com limite inferior maior ao descrito.

Tempo de exposição: 0,004 até 6,25s

Gerador ST 543 HF

- Faixa de kV: 40 a 150 kV com intervalo de 1 em 1 kV
- Tensões de alimentação: trifásico – 380 Volts
- Potência máxima: 54 kW
- Faixa de mAs: 0,32 a 500 mAs em 33 passos
- Faixa de mA: 80 a 630 mA
- Tempo de exposição: 0,004 até 6,25s

C) DO MOVIMENTO TELESCÓPICO DO BRAÇO

É solicitado em termos editalícios que o equipamento tenha o movimento telescópico do braço conforme colacionado do edital:

vertical: deslocamento telescópico do

braço porta-tubo de 20 cm no mínimo e giro de 180 graus;

Na proposta ofertada a essa administração, bem como em seu manual registrado na ANVISA é impossível a identificação deste movimento conforme abaixo colacionado da proposta da mesma:

Estativa Porta Tubo:

- Deslocamento longitudinal: ± 185 cm (total de 370 cm)
- Deslocamento vertical do braço porta: 152 cm
- Freio dos deslocamentos: eletromagnético
- Tipo chão chão
- Rotação da coluna: 360 °
- Rotação do braço do tubo: 180 °
- Giro da cúpula: $\pm 180^\circ$

Na avaliação de nossos profissionais da área técnica, uma maior facilidade de posicionamento é de fundamental importância. Este deslocamento é imprescindível para realização de exames com o paciente deitado sobre a mesa, vez que mesmo que a mesa se desloque até 12 cm (doze centímetros) para cada lado, dependendo do exame e do paciente, se o equipamento não se deslocar, ou seja, não possuir movimento também da estativa telescópica, será preciso movimentar o paciente. A movimentação do paciente durante a execução de uma exposição causa sérios desconfortos ao mesmo.

Diante de tal cenário, é indubitável afirmar que não há atendimento integral da descrição deste item, uma vez que nestes dois pontos a Recorrida não atende as especificações.

Frise-se que tal situação causa notório desatendimento ao o interesse público que teria motivado a licitação, bem como violando os princípios norteadores do certame, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como da própria Legislação Federal Nº 8.666/93 que rege os procedimentos licitatórios.

Não bastasse, é de clareza solar que, declarar a Recorrida como vencedora do certame, fere de morte o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será

processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; [grifos acrescidos]

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o do julgamento objetivo, da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sílvia Zanella Di Pietro, in PIETRO, Maria Sílvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho, in CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

Como bem destaca Fernanda Marinela, in MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. *Direito Administrativo*. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

"Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

Certo é que, à Administração Pública, também é vedada a oferta de vantagens, devendo se ater estritamente às regras de seleção aos critérios fixados no Edital do certame.

Neste cenário, inexorável a conclusão de ser a Recorrida desclassificada, anulando-se o ato ora combatido, ante o não atendimento às exigências editalícias, ferindo de morte o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como aos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, do julgamento objetivo e da vedação à oferta de vantagens.

III - DOS PEDIDOS:

Face ao exposto, vem respeitosamente perante V.Sa., para melhor atender ao interesse público, em respeito aos princípios da legalidade, eficiência, que seja anulada a decisão que declarou a Recorrida vencedora do item 01 do Edital.

Outrossim, restando entendimento diverso, requer a remessa imediata dos autos à Autoridade Superior, para apreciação deste pleito.

R. deferimento

Lagoa Santa (MG), 18 de maio de 2020.

VMI TECNOLOGIAS LTDA

Representante Legal

Fechar